

DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE DO MUSEU DO FESTIVAL DE CINEMA DE GRAMADO

RENAN MARQUES AZEVEDO DA MATA¹; ISADORA COSTA OLIVEIRA²;
NICÓLLY AYRES DA SILVA³; DANIEL MAURÍCIO VIANA DE SOUZA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – renanazevedomarq@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – contatoisadoracosta@outlook.com

³Universidade Federal de Pelotas – ayresmuseo@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – danielmvsouza@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise crítica-reflexiva sobre o processo de elaboração do diagnóstico de acessibilidade do Museu do Festival de Cinema de Gramado (MFCG). O desenvolvimento do diagnóstico integra as ações de cooperação entre o Curso de Museologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e o MFCG, no bojo do projeto de extensão intitulado Programa de Acessibilidade para o Museu do Festival de Cinema de Gramado. Nesse aspecto, o projeto visa conceber, planejar e executar um programa de acessibilidade para inclusão da diversidade de públicos voltados ao museu em questão.

A democratização do acesso aos museus e à cultura deve ser uma prioridade na agenda de uma sociedade que preza pela plena cidadania e pela inclusão dos diferentes grupos sociais. No Brasil, o acesso aos museus e aos equipamentos culturais, de maneira geral, ainda é uma realidade muito desigual. As razões são inúmeras, seja pela centralização dos ambientes culturais em grandes centros urbanos, ausência de políticas públicas e investimentos permanentes, a efetiva participação das comunidades, entre outras. Apesar do direito à cultura ser previsto no Artigo 6º da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), ainda enfrentamos desafios quanto à garantia deste direito.

Ou seja, além de garantir o acesso à cultura e aos museus, é preciso que haja uma plena apropriação desses espaços e de seus acervos. Nesse sentido, a acessibilidade e a inclusão estão intimamente ligadas à democratização dos museus, e é fundamental compreendermos que dar acesso significa pensar a inclusão em seu sentido mais abrangente e plural. A nova definição de museu abrange justamente essa questão dos museus serem acessíveis e inclusivos, fomentando a diversidade com a participação das comunidades, promovendo “experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos” (ICOM - BRASIL, 2023).

No nosso país há dispositivos legais que tratam sobre a temática da acessibilidade, como por exemplo, o Estatuto dos Museus¹ e o Estatuto da Pessoa com Deficiência². Logo, os museus brasileiros devem estabelecer dentro de seus Planos Museológicos estratégias permanentes e transversais quanto a acessibilidade universal, baseando-se na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e nas diretrizes da Associação Brasileiras de Normas Técnicas

¹ Lei Nº 11.904 (BRASIL, 2009) e o Decreto Nº 8.124 (BRASIL, 2013)

² Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015)

(ABNT)³. Além disso, é preciso entender e atuar nas diferentes dimensões de acessibilidade: atitudinal, comunicacional, metodológica, programática, instrumental, arquitetônica e web.

2. METODOLOGIA

A viabilidade do diagnóstico se deu através de visitas técnicas ao MFCG, balizado pelo documento “Cultura para todos: instrumento de avaliação de ambientes culturais acessíveis” de autoria de Desirée Salazar e Tatiana Fonseca (2022). Durante a visita, conhecemos mais a fundo sobre o museu, sua equipe, os espaços internos e externos como entrada, saída, banheiros, reserva técnica, exposições, etc, para que fosse possível a coleta de informações e aplicação do instrumento. Na avaliação, propriamente, foi fundamental se apropriar da literatura e da legislação vigente, bem como as diretrizes e normas que orientam as práticas de acessibilidade e inclusão.

O instrumento avaliativo é um aliado muito importante para os museus, pois auxilia na elaboração e planejamento de instituições que estejam ao serviços de todas as pessoas (SALAZAR; FONSECA, 2022). Além disso, é considerado inovador tendo em vista a abordagem sobre as especificidades dos ambientes culturais, pensando a acessibilidade em suas múltiplas dimensões e as relações que o museu estabelece com seus públicos e colaboradores.

O princípio do Desenho Universal é imprescindível e norteador, pois propõe a constituição das dinâmicas dos espaços respeitando a nossa diversidade sociocultural, garantindo a equidade e o uso democrático dos museus. Esta perspectiva permite que o atendimento e os serviços prestados atenda as demandas específicas quanto a simplicidade, flexibilidade, tolerância ao erro, esforço mínimo e facilidade de percepção. Portanto, um programa de acessibilidade deve ser amplamente participativo, articulado e trabalhado continuamente para que haja uma efetiva pluralidade e inclusão social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A acessibilidade em museus ainda é repleta de desafios e utopias, pois a realidade das instituições ainda está muito aquém de uma efetiva inclusão de todas as pessoas - sejam pessoas com deficiências, idosas, LGBTQIAP+, comunidades indígenas, quilombolas, etc. O caso do MFCG expõe, apesar de suas singularidades, elementos que são muito comuns em boa parte dos museus brasileiros. Seja pela ausência de profissionais PCDs, pisos e sinalizações táteis, audioguia, vídeo guia, tradução em línguas de sinais, entre outros. Falaremos destas e outras questões, no contexto do MFCG, a seguir.

Antes de conceber e implementar ações propriamente, foi necessário realizar um diagnóstico situacional da acessibilidade do museu, a fim de compreender sua realidade frente aos desafios, compreendendo as demandas e anseios de seus profissionais e públicos. Nesse sentido, o museu realizou uma

³ Alguns exemplos: ABNT NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; ABNT NBR 16452: acessibilidade na comunicação: audiodescrição; ABNT NBR 15599: acessibilidade: comunicação na prestação de serviços; ABNT NBR 15537: sinalização tátil no piso: diretrizes para elaboração de projetos e instalações; ABNT NBR 13434: sinalização de segurança contra incêndio e pânico, etc.

roda de conversa aberta à comunidade para discutir as questões que envolvem a acessibilidade cultural e universal nas instituições museais, sendo uma atividade crucial para que ouvíssemos quais eram as principais angústias e pontos de vista colocados em debate.

Com a coleta de informações e análise dos dados, percebeu-se que o museu tem uma forte preocupação quanto a acessibilidade, e que essas discussões permeiam todos os setores do museu. Ou seja, a equipe está engajada sobre a necessidade de um planejamento a longo prazo, e vem oportunizando experiências de sensibilização e educação museal inclusiva, através de ações de exposições de filmes com grupos escolares periféricos, comunidades indígenas e associações que prestam serviços de assistência social nos municípios de Gramado e região.

Ainda não há a formação das equipes de recepção e mediação quanto a necessidade de uma experiência mais acessível e inclusiva, além de não haver PCDs no quadro de equipes do museu. Por enquanto, não há a capacitação dos profissionais e dos ambientes em relação a audiodescrição, tradução em LIBRAS ou Braille. Ou seja, os recursos expositivos ainda carecem de uma efetiva acessibilidade, pois não seguem as diretrizes vigentes e não possuem recursos instrumentais para inclusão de seus públicos. Logo, o museu não oferece uma experiência autônoma para seus visitantes e sua ampla especificidade.

Sobre a acessibilidade arquitetônica, tanto os espaços quanto o planejamento urbano da cidade não seguem os parâmetros necessários, algo que é sistêmico na realidade de boa parte das cidades brasileiras. Nesse aspecto, não utiliza o conceito de Desenho Universal, pois o prédio que abriga o museu (Palácio dos Festivais) não contempla, por exemplo, banheiros acessíveis com barra de apoio e altura adequada, o uso do elevador se dá pelos fundos do prédio - comprometendo toda a experiência e a proposta do discurso expositivo, as maçanetas e puxadores não estão de acordo com a NBR 9050, etc.

Apesar da faixa de pedestre ter guia rebaixada e haver uma rampa de entrada no Palácio dos Festivais, o espaço é muito estreito e não há corrimãos que garantam a segurança dos visitantes com mobilidade reduzida ou cadeirantes. Não há uma sinalização que indique a disponibilidade do elevador, contudo, o museu conta com um sistema sonora e alerta de incêndio, com porta corta fogo que seguem as diretrizes vigentes (ABNT NBR 13434). Há algumas sinalizações quanto a saída de emergência, porém este é o mesmo percurso de entrada, sendo realizado apenas por escadas. Não há, também, sinalizações e dispositivos táteis para pessoas com deficiência visual.

O museu conta com um Programa Educativo que vem desenvolvendo ações educativo-culturais muito potentes quanto a aproximação com seus públicos, levando pessoas e grupos até o museu e levando o museu até os diferentes públicos. Além disso, conta com um instrumento de avaliação de público, que é fundamental para compreender os perfis de seus visitantes e planejar diferentes estratégias. Suas exposições contam com inúmeros equipamentos multimídia, e os visitantes têm a possibilidade de tocar⁴ no exemplar do Kikito - o símbolo do prêmio do festival.

4. CONCLUSÕES

⁴ Trabalhar com os diferentes sentidos é uma estratégia fundamental para os museus, sobretudo nos aspectos que envolvem justamente a acessibilidade e inclusão de determinados grupos.

A partir dessa parceria, pode-se perceber que o museu vem se preocupando com a necessidade de estabelecer uma cultura da acessibilidade e inclusão na instituição. Outro elemento fundamental diz respeito a oportunidade dos alunos do curso de Museologia da UFPEl colocarem seus conhecimentos teóricos em prática, enfrentando problemas e desafios reais. Esse trabalho colaborativo tende a fortalecer as parcerias interinstitucionais, mas, também, coloca o papel a função do museu em evidência, proporcionando ações e planejamentos que tendem a modificar estruturalmente a dinâmica da instituição, reiterando sua responsabilidade social de ser um ambiente acessível, inclusivo e verdadeiramente diverso.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:** acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16452:** acessibilidade na comunicação: audiodescrição. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599:** acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15537:** sinalização tátil no piso: diretrizes para elaboração de projetos e instalações. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 13434:** sinalização de segurança contra incêndio e pânico. 2004.

BRASIL, **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília (DF), 2009.

BRASIL, **Decreto Nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.** Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Brasília (DF), 2013.

BRASIL, **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília (DF), 2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM) - BRASIL. **ICOM aprova Nova Definição de Museu.** ICOM BR, 2023. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756> Acesso em 11/09/2023

SALAZAR, Desirée Nobre; FONSECA, Tatiana de Castro Barros. **Cultura para todos:** instrumento de acessibilidade para ambientes culturais - Pelotas: Publicações Oficiais, UFPEl, 2022.